

**O Barão do Rio Branco e Araújo Jorge:
Vidas que se cruzam no projeto da *Revista Americana* (1909-1919).**

Elizabeth Santos de Carvalho

Herdeiro de um nome que o precedia, José Maria da Silva Paranhos Junior, precisou mais do que um sobrenome para conseguir sua primeira nomeação para o quadro do Itamaraty. De cônsul em Liverpool passou a defensor das questões de fronteiras brasileiras já com o título de Barão do Rio Branco chegando a alcançar o posto máximo da carreira diplomática como ministro das Relações Exteriores. Em defesa dos interesses nacionais, acima de suas convicções monarquistas, conduziu o Ministério por dez anos tornando-se a figura mais popular da república.

Sua história de vida e seu percurso político nos interessam porque fornece dados relevantes para compreendermos a política externa brasileira formulada na sua administração, as alterações na constituição do corpo diplomático e o meio social ao qual pertencia. Desta forma revelam-se as circunstâncias que permitiram a um monarquista ocupar um ministério do governo republicano.

O jovem Paranhos, ou como era chamado na sua mocidade, Juca Paranhos, filho de um grande estadista do Império, o Visconde do Rio Branco, seguia o mesmo caminho percorrido pelos membros dessa elite política. Depois de freqüentar o Colégio de Pedro II seguiu para Faculdade de Direito de São Paulo, concluindo sua formação em Recife. A mudança pode ser explicada tanto pela preocupação de seu pai em afastá-lo da vida boêmia que prejudicava sua imagem, quanto pela acolhida oferecida por amigos do Visconde vinculados àquela Faculdade de Direito.

Desde os tempos de estudante revelou sua aptidão para a escrita histórica, a erudição seria uma característica marcante de sua personalidade. Em 1861 estreou com a biografia de Barroso Pereira¹, comandante da fragata *Imperatiz* que esteve envolvida numa batalha em 1826 na região do Prata, demonstrando assim o interesse, que só aumentaria ao longo dos anos, em torno dos conflitos desta região.

¹ *Revista Popular*. São Paulo, t.13, jan.mar. 1862: 206-212 e Rio Branco, Barão do. Biografias. Rio de Janeiro: MRE, 1947. (Obras Completas; v.7: 1-12)

Suas investigações levaram a publicação, no órgão estudantil *Revista Mensal do Instituto Científico*, de uma série de artigos intitulada “Episódios da Guerra do Prata (1825-1828) – Apontamentos históricos”², a qual preferiu assinar com o pseudônimo X – prática a que recorreu diversas vezes para expor suas opiniões em jornais da época. Em 1865 a experiência de vida de outro personagem político que despertara sua atenção mereceu uma produção biográfica, o “Esboço biográfico do General José de Abreu, Barão do Serro Largo”. Neste estudo não se deteve a atuação de seu personagem no campo de batalha das guerras platinas, estendeu sua análise sobre toda questão que envolvia a região do Prata.

Trabalho de reconhecido rigor de pesquisa, pela minúcia com as fontes e pela crítica contundente às imprecisões dos estudos anteriores de Varnhagem e de Pereira Silva, foi oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB por Joaquim Manuel de Macedo em 1866. Na mesma sessão o nome de Paranhos Junior fora indicado como sócio correspondente desta instituição.

No ano seguinte à sugestão de Manuel Ferreira Lagos e do romancista anteriormente mencionado, Joaquim Manuel de Macedo, foi aprovado seu ingresso na Casa. Com apenas 22 anos o futuro Barão do Rio Branco foi admitido como sócio correspondente do IHGB, Agostinho Marques de Perdigão Malheiro encarregou-se de fazer menção às contribuições do novo membro à produção historiográfica ressaltando, acerca do texto sobre o Barão do Serro Largo, que “[...] a investigação histórica e a crítica presidiram a esse trabalho onde se tiram a limpo alguns pontos duvidosos e outros mal apreciados ou não investigados.”³

Embora Paranhos Junior residisse na Corte em 1867, ingressou no Instituto como sócio correspondente⁴ tendo em vista que esta categoria era a única na qual se enquadrava. As exigências não permitiam que fosse indicado a sócio honorário, e não havia disponibilidade de vaga como sócio efetivo, logo a designação como correspondente era a única alternativa viável naquele momento.

² *Revista Mensal do Instituto Científico*, órgão da Faculdade de Direito de São Paulo, 2ª série, a2, n5, jun.1864; 3ª série, a3, n.1, ago.,1864, e Rio Branco, Barão do. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: MRE, 1948. (Obras Completas; v.8:1-20).

³ ARAÚJO, João Hermes Pereira de. O Barão do Rio Branco e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: Cardim, Carlos Henrique e ALMINO, João. (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002.p.138

⁴ À ocasião havia 50 sócios correspondentes.

Como era característico de Paranhos Junior ocupou sua cadeira discretamente lendo um capítulo de seu trabalho sobre o Barão do Serro Largo, como era costume dos novos sócios. Dessa maneira tornou-se membro do Instituto, relação que, com o passar dos anos, se aprofundaria e cumpriria uma longa trajetória. Nos quase dez anos que se seguiram antes de partir para Europa, a fim de ocupar seu posto em Liverpool, ele esteve sempre engajado nas atividades do IHGB seja nas sessões, seja contribuindo para ampliar o acervo da “Casa”.

À ocasião do gabinete Visconde do Rio Branco, Juca Paranhos, juntamente com Gusmão Lobo foi o responsável pela publicação do jornal *A Nação*⁵, folha “porta-voz do governo”. Superados os longos debates que precederam a aprovação da Lei do Ventre Livre, projeto de seu pai, com os quais esteve profundamente ocupado, pode dedicar-se a redação do jornal, se detendo principalmente no exame das questões internacionais. Desta forma pode divulgar suas impressões assim como escritos oriundos de suas pesquisas: as primeiras notas ao estudo de Schneider sobre a Guerra do Paraguai e suas primeiras *Efemérides*.

A imprensa sempre teve lugar de destaque na sua trajetória, desde os anos de formação desenvolveu suas habilidades jornalísticas e pode ter a dimensão da importância deste veículo de comunicação. Mesmo fora do Brasil manteve seus contatos⁶ com personalidades ligadas aos principais jornais da época, garantindo espaço de divulgação de suas idéias. Embora em muitos casos mantivesse sua identidade por traz de pseudônimos⁷ há fortes indícios de que tenha colaborado com outras publicações além de *A Nação*, tais como *A Vida Fluminense*.⁸

No transcorrer dos anos de sua juventude, na Faculdade de Direito de São Paulo e na do Recife até a década de 1870, quando começa a aparecer, mesmo que de maneira discreta, no cenário político nacional, o jovem José Maria da Silva Paranhos Junior,

⁵ Embora tenha colaborado desde 1872 com o referido jornal apenas no ano seguinte assume a responsabilidade da redação em parceria com Gusmão Lobo, como observa Álvaro Lins, 1945, p. 61.

⁶ Ver correspondência transcrita no *Caderno do CHDD*. Brasília: FUNAG/CHDD, 2004. ano 3, n.5. p.91-428.

⁷ O Centro de História e Documentação Diplomática, da Fundação Alexandre de Gusmão, editou em diversos números de seus *Cadernos* textos atribuídos ao Barão que foram publicados sob pseudônimo, os quais não constam nas *Obras completas do Barão do Rio Branco*.

⁸ Ver estudo “O Barão do Rio Branco e a imprensa”. In: *Caderno do CHDD*. Brasília: FUNAG/CHDD, 2004. ano 3, n.5. p.89.

mencionado por muitos como possuidor de personalidade cativante, conquistou grandes amigos que permaneceram em contato por longos anos. Nomes como o de José Carlos Rodrigues destaca-se na relação dos parceiros da faculdade que acompanharam a trajetória de Paranhos até o ministério em 1902.

Os vínculos estabelecidos na mocidade do futuro Barão do Rio Branco podem justificar relações sólidas construídas com o passar do tempo. Cumpre observar o contato com personalidades do círculo de seu pai, do qual se destacam os nomes de Duque de Caxias, Eusébio de Queiroz, Osório, Porto Alegre, Inhaúma e do Visconde Souto. Personagens de uma história recente, testemunhas que muito contribuíram com seus relatos para as anotações de Juca Paranhos. Além do já mencionado Gusmão Lobo, o Visconde de Taunay, Campos Sales, Paula Bittencourt, Rodolfo Dantas entre tantos outros nutriam amizade por ele.

Depois do pedido de demissão do Visconde do Rio Branco, apresentado ao Imperador em 1875, restava a seu filho e a Gusmão Lobo a saída compulsória da redação do jornal *A Nação*. Circunstâncias que somadas ao desgaste da imagem de Juca Paranhos na sociedade em função de sua relação com uma antiga dançarina do Alcazar, Marie Stevens, incentivaram suas pretensões de estabelecer-se fora do país. Encontrou nos amigos, Caxias e Cotegipe, apoio para pleitear um cargo diplomático que garantiria sua partida do Brasil.

Mas a campanha para que fosse nomeado cônsul de Liverpool, colocação disponível à ocasião, encontrou mais obstáculos do que haviam imaginado ter que enfrentar. Pedro II controlava de perto as indicações a cargos de representação no exterior, e a sugestão de Paranhos não foi aceita sem reservas pelo Imperador, que questionava sua conduta boêmia e a relação com Marie Stevens. A confirmação de que ocuparia a vaga pretendida veio pelas mãos da Princesa Isabel, durante a viagem do Imperador em 1876.

Afastado do cenário nacional e refugiado nos arquivos europeus por quase vinte anos, encontrava-se o Barão do Rio Branco, que em 1891 passara de cônsul-geral do Brasil em Liverpool⁹ ao posto de diretor do Serviço de Imigração em Paris. Os anos que permanecera na Europa proporcionaram-lhe facilidade de acesso a documentos

⁹ Cargo que ocupou de 1876 a 1891. O livro *Rio Branco em Liverpool (1876-1896)*, de Flávio Mendes de Oliveira Castro, aborda este período, sobre o qual encontramos poucos estudos.

importantes sobre a história do Brasil. Sua habilidade em vasculhar os arquivos e o gosto pelos estudos históricos e geográficos fizeram dele o maior conhecedor das questões sobre o litígio de Palmas.

No entanto, seu nome, esquecido pela maioria do círculo político brasileiro à ocasião da convocação da missão especial encarregada dessa questão, só foi lembrado por amigos que mantinham contato, ou por morarem na Europa, ou por se corresponderem¹⁰, e pelo meio intelectual que tinha conhecimento de seus estudos sobre a região¹¹.

O convite alcançou Paris por intermédio do ministro em Londres, Sousa Correia, e a resposta foi dada quase de imediato. A disposição em defender o Brasil residia no profundo conhecimento adquirido e no apelo sentimental que a questão suscitava. Diante dos documentos que havia consultado ao longo dos anos, sabia que a decisão da arbitragem não poderia ser outra se não favorável ao Brasil. Encerraria com vitória um processo iniciado por seu pai.

Desde o dia de seu desembarque nos Estados Unidos em 1893 ocupou-se incansavelmente da defesa brasileira, seja na elaboração e escrita da memória entregue ao presidente Cleveland, ou nas articulações e coletas de informações que reunia a partir de consultas com os seus pares de inteira confiança. Depois do convite que recebera e aceitara em março de 1893 só conseguiu descansar após receber, em 6 de fevereiro de 1895, o laudo favorável ao Brasil na Questão de Palmas. O grande público passou de surpresa por sua nomeação, em virtude do seu longo afastamento do cenário nacional, à admiração pela conquista.

Mas havia discussões sobre outras regiões de fronteiras brasileiras. Resolvido o litígio de Palmas, Rio Branco, em seu retorno à Europa, recebeu um pedido para que analisasse a questão de limite com a Guiana-Francesa visando, em breve, defendê-la em arbitramento.

O zelo e o empenho que dedicou à defesa em Washington repetiram-se na elaboração da memória que pretendia fixar os limites com a Guiana Francesa. Desta vez tratava-se de lidar com a diplomacia européia, mais ardilosa, e os documentos

¹⁰ Destaque para sua correspondência com Rodolfo Dantas, fundador do *Jornal do Brasil*, e José Carlos Rodrigues, do *Jornal do Commercio*.

¹¹ Neste sentido destacam-se as notas feitas na obra de Schneider sobre a Guerra do Paraguai.

produzidos nas diversas tentativas de solucionar a questão não falavam a favor da causa brasileira. Todo seu esforço fora empenhado na redação das exposições, escritas sempre no último momento, na esperança de encontrar novos documentos que pudessem favorecer o Brasil. Em 1º de dezembro encerrou-se a espera pelo laudo final, o Conselho Suíço reconheceu inteiramente o direito brasileiro sobre a área litigiosa.

As resoluções favoráveis ao Brasil sobre as questões de limites com a República Argentina e com a Guiana Francesa revelaram o nome do Barão e garantiram a ele status de herói. Seu prestígio era tal que lhe ofereceram duas opções, sendo uma delas de seu sabido interesse¹². Entre Portugal e Berlim, Rio Branco preferiu ir para a Alemanha como ministro plenipotenciário, mas um convite inesperado antecipou o seu retorno ao Brasil.

Em julho de 1902 recebeu um telegrama de Campos Sales que trazia a seguinte mensagem: “Rodrigues Alves deseja confiar-lhe pasta exterior e encarregou-me consultá-lo esperando de seu patriotismo não recusar. São estes também os meus votos”.¹³ Um convite como este deveria causar grande felicidade em qualquer diplomata de carreira. Rio Branco não poderia imaginar que a jornada iniciada em 1876 lhe daria as glórias já conquistadas nem mesmo o prazer deste chamado. O prazer, no entanto, tomou um gosto amargo.

A obra que se apresentava por proposta do presidente era grande e audaciosa. Contrariava seus últimos desejos de dedicar-se à História do Brasil, de manter-se no estrangeiro e mergulhado em seus papéis. A honra de receber tal convite não foi suficiente para convencer o Barão, este não parecia disposto a renunciar às suas aspirações. E diante da hesitação do Barão, o presidente Rodrigues Alves argumentava que não aceitaria uma resposta negativa.

Passados dois meses e intenso intercâmbio epistolar o Barão aceitou o cargo oferecido. A figura do diplomata atormentado pelo convite de Rodrigues Alves deu lugar à imagem de um homem engajado no objetivo que se propunha. E a chegada ao Rio de Janeiro revitalizou o espírito de Paranhos Júnior. Rio Branco desembarcou em 1º

¹² A preferência de Rio Branco era pelo posto de Lisboa, mas estando este ocupado optou por Berlim. Sobre sua vontade de ir para Portugal, ver em VIANA FILHO, 1959, carta de Tobias Monteiro a Rodrigues Alves, p.326.

¹³ Apud LINS, Álvaro. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, p. 251.

de dezembro de 1902 festejado por todos os desejosos de conhecer o maior representante do Brasil, que se tornou público ainda em terras estrangeiras.

Como um meio, um instrumento para alcançar os fins estabelecidos, o Barão do Rio Branco traçou sua política de aproximação com os Estados Unidos. Mesmo sendo monarquista, tendo vivido vinte e seis anos na Europa e declarado depois de dois anos morando em Nova York: “Eu prefiro que o Brasil estreite as suas relações com a Europa a vê-lo lançar-se nos braços dos Estados Unidos”¹⁴, Rio Branco direcionou a maioria de seus esforços para estreitar laços de amizade com o gigante do Norte.

No grandioso projeto de Rio Branco destaca-se a “aliança não-escrita”, um meio para alcançar os objetivos estabelecidos de acordo com suas percepções enquanto formulador da política externa brasileira. Uma política de aproximação que se revelou pragmática durante a gestão do Barão, na qual a dita amizade não é incondicional, mas serve aos interesses nacionais e, neste caso, aos interesses estipulados por Rio Branco.

A política de aproximação promovida por Rio Branco visava aumentar os recursos de poder do Brasil¹⁵. A atuação do Barão foi decisiva para o estabelecimento de uma aliança entre os dois países que pudesse favorecer sua inserção no sistema internacional e facilitar sua relação com as repúblicas vizinhas inclusive nas negociações de limites. Desta forma a amizade com os Estados Unidos e os esforços empreendidos para diminuir as desconfianças dos hispano-americanos quanto ao governo norte-americano fundamentaram-se como elementos do paradigma Rio Branco. Enquanto a política norte-americana do “Big Stick” gerava desconfianças entre as repúblicas hispano-americanas, Rio Branco tranquilizava os ânimos mais exaltados de seu país, afirmando que o Brasil não devia temer a “polícia” do continente, uma vez que não apresentávamos um cenário interno instável.

No que se refere à aproximação com as nações ao sul do continente, ensaiada principalmente no estreitamento das relações com a Argentina e com o Chile, que tem no projeto ABC sua maior representação.

¹⁴ Apud. LINS, op. cit., p. 143. O autor destaca que esta frase encontrava-se apenas na minuta da carta a Sousa Correia e com um risco.

¹⁵ “[...] a política externa brasileira ao longo do século XX foi marcada pela busca de recursos de poder que garantissem maior autonomia do país no plano mundial, mesmo quando essa estratégia parecia se traduzir – e muitas vezes de fato se traduziu – no alinhamento a uma determinada potência”. PINHEIRO, Letícia. *Política externa 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 8.

A atuação de Rio Branco no meio intelectual da época dava-se tanto pela organização de eventos, como congressos e conferências, quanto pela participação em espaços específicos desse grupo. Nesse sentido, destacam-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras, como ambientes propícios ao debate intelectual, explorados como meios de difusão de idéias, estabelecimento e fortalecimento dos laços da rede de sociabilidade. De 1907 até o ano de sua morte, o Barão, ocupou a presidência do IHGB, fazendo dos acontecimentos desta instituição uma possibilidade de afirmação das diretrizes da política externa e palco dos debates em torno das atividades do Ministério.

Em 1906 o Barão do Rio Branco desfrutava de grande popularidade. Sua atuação na solução das questões de fronteira, e ao longo dos anos que esteve a frente do Ministério, garantiu posição privilegiada, de destaque no cenário nacional e internacional. Admirado, tanto como estadista como intelectual, muitos teriam prazer de participar de seus projetos, fosse no Itamaraty, ou em algum dos espaços de produção cultural por onde circulava. Rio Branco procurou um secretário disposto a ajudá-lo na organização da Terceira Conferência Internacional Americana, e para tal encontrou o amanuense, recém admitido no Ministério das Relações Exteriores, Araújo Jorge.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge nasceu na longínqua cidade de Paulo Afonso em Alagoas, em 29 de setembro de 1884. Assim como Rio Branco, seguiu o percurso característico dos membros das famílias abastadas da época, cursou a Faculdade de Direito do Recife, concluindo a formação em 1904. Dos seus contemporâneos que passaram pela mesma instituição destacam-se Tobias Barreto, Arthur Orlando, Clóvis Beliváquia, Oliveira Lima entre outros¹⁶. No mesmo ano dedicou-se ao ofício de professor de história natural e filosofia do direito no *Instituto Leibniz*, do Recife. Cumpre observar que nesse período foi diretor da *Revista Jurídica* deste Instituto, contribuiu com a revista *Cultura Acadêmica* e ainda fundou o semanário *A Tribuna*. Essas foram suas primeiras experiências com publicações periódicas, todas em Recife.

Passado um ano, interrompeu as atividades do magistério em função da sua partida para o Rio de Janeiro. Na capital da república veio a ocupar seu primeiro cargo no quadro do Itamaraty como assistente do árbitro brasileiro, Carlos de Carvalho, no

¹⁶ Ver Álvaro Teixeira Soares “Araújo Jorge: o diplomata e o historiador”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, nº 318. jan./mar. 1978. p.75

Tribunal Arbitral Brasil-Bolívia. Em pouco tempo passou a acumular o referido posto com um, de mesma função, no Tribunal Brasileiro-Peruano. Desde o ingresso no Ministério das Relações Exteriores, Araújo Jorge, encontrou personalidades da intelectualidade brasileira, tal qual Graça Aranha¹⁷, que se tornou um grande amigo.

Para além da referência na carreira diplomática, o Barão exerceu influência marcante na formação de Araújo Jorge. O gosto compartilhado pela pesquisa histórica e a maneira que se interessavam pela crítica e pelas idéias evidenciam, em certa medida, a relação estabelecida entre os dois, que ultrapassava os limites da rotina do Itamaraty. Os artigos que escreveu no *Jornal do Commercio*, assim como a temática a qual dedicou seus estudos, corroboram o vínculo entre o Barão e seu fiel escudeiro.

A história diplomática esteve no centro dos trabalhos que desenvolveu posteriormente. Publicou o livro *Ensaio de história diplomática do Brasil no regime republicano: 1ª série 1889-1902*, que embora tenha concluído em 1908 só fora lançado quatro anos depois pela Imprensa Nacional¹⁸. Os artigos que assinou na *Revista Americana* seguiam a mesma orientação temática e o mesmo estilo rigoroso. Somam-se a sua produção intelectual outros títulos, tais como *O reconhecimento do regime republicano do Brasil*, *Ensaio de História e Crítica* (1915), *Problemas de filosofia biológica* (1905), *Jesus Christo e a psicologia mórbida* (1909), *História diplomática do Brasil Holandês* (1914) e *História diplomática do Brasil francês* (1915).

O convite do Barão surgiu no momento de preparação da Terceira Conferência Internacional Americana em 1906. Marco da aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, o evento contou com a participação das delegações de diversos países das Américas. Coube ao jovem Araújo Jorge parte da responsabilidade pela realização do encontro.

Eventos impregnados do espírito pan-americanista eram as Conferências Internacionais Americanas que se reuniam desde 1889. Para sediar a Terceira Conferência foi escolhido o Rio de Janeiro¹⁹, que, engajado nas reformas do governo de

¹⁷ Conforme Lucia Maria Paschoal Guimarães e Celine Blotta observam Graça Aranha foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

¹⁸ Vale observar que a *Revista Americana* também era publicada pela Imprensa Nacional.

¹⁹ Segundo os registros das reuniões do Bureau das Repúblicas Panamericanas, Elihu Root, Secretário de Estado dos EUA, pronunciou-se em defesa da organização da Terceira Conferência e foi o ministro da Costa Rica, J. Calvo, quem lembrou do direito de preferência do Brasil para realização da mesma. Na ocasião a proposta recebeu, inclusive, o apoio do ministro do Chile, Walker Martinez. A escolha da

Rodrigues Alves, se delineava como uma cidade mais moderna e capaz de oferecer boa imagem do Brasil para seus visitantes.

Desde que fora anunciada a escolha da capital brasileira para sediar o evento, o ministro das Relações Exteriores não mediu esforços para que a Conferência ocorresse de acordo com os padrões internacionais, refletindo uma imagem do Brasil como país civilizado. O enorme volume de anotações do Barão em documentos que contemplam a organização da conferência revela o cuidado pormenorizado que dedicou a cada detalhe. Encontram-se no Arquivo Histórico do Itamaraty pelo menos vinte listas com os nomes dos membros de cada delegação contendo notas que definiam onde ficariam hospedadas. Rio Branco pessoalmente, como demonstram suas anotações, teve o zelo de encaminhar cada delegação ao hotel que julgava mais apropriado.

Seguindo a orientação de aproximação com os Estados Unidos e uma política de cordialidade continental, empregou esforços para que a reunião pan-americana vislumbrasse temas relacionados às duas frentes de ação. Mas, para que o espírito de cooperação e o pacifismo encontrassem espaço, era preciso evitar que determinados assuntos fossem contemplados pelo programa da Conferência.

As principais personagens ocupadas com as articulações políticas que envolviam a organização da Conferência, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Elihu Root, o embaixador do Brasil em Washington, Joaquim Nabuco e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Rio Branco, concordavam que temas passíveis de suscitar discussões mais acaloradas não deveriam integrar o programa ou que no máximo poderiam ser enunciados. O Barão chegou a pedir a Nabuco que não fossem abordados casos de navegação de rios e lagoas, pois preferia dar a estes um tratamento bilateral, evitando confrontação com vários países ao mesmo tempo (o que poderia ser negativo para o Brasil).

O programa constituiu-se num trabalho de inteligência diplomática a fim de atender aos interesses diversos das nações e evitar os assuntos desconcertantes para a amizade Brasil-Estados Unidos. O Brasil absteve-se do direito de propor temas e de discutir a formulação do programa, sua influência restringiu-se aos bastidores dos

capital brasileira provavelmente foi fruto da articulação de Rio Branco nos círculos internacionais, juntamente com a atuação de Joaquim Nabuco. A presença do representante da Costa Rica na comissão encarregada da elaboração do programa da conferência respalda essa explicação.

acertos diplomáticos. Na tentativa de evitar assuntos polêmicos encontrava respaldo em outros países, que compartilhavam da mesma percepção.

A escolha da delegação brasileira só foi realizada depois que o programa havia sido aprovado em definitivo. Dela faziam parte membros da oposição ao governo Rodrigues Alves, o que objetivava conferir um caráter justo e imparcial da administração brasileira.

A constituição de um programa que acima de tudo atendia aos interesses do Brasil não é apenas um resultado dos esforços empreendidos para tal fim, mas demonstra um pouco do prestígio desfrutado pelo governo brasileiro. Este recurso simbólico favoreceu o ministério de Rio Branco sobre a definição da data da II Conferência de Paz em Haia. A princípio esta seria realizada no mesmo ano da Terceira Conferência Internacional Americana, mas os representantes do Brasil, juntamente com o secretário de Estado, Elihu Root, conseguiram adiar a reunião para 1907. A remarcação do evento junto ao governo da Rússia demonstra o prestígio do Brasil e a consonância com os interesses do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

As práticas de Rio Branco estavam de tal forma em sintonia com os interesses da política norte-americana que, à ocasião da Conferência, Elihu Root anunciou que visitaria o Brasil. A relevância desta atitude reside no fato de que era a primeira vez que um Secretário de Estado faria uma visita a outro país. E ele escolheu o Brasil. Sem dúvida era o momento culminante do processo de aproximação entre as duas nações.

A visita de Elihu Root dissipou algumas desconfianças e ajudou a delinear uma figura mais simpática dos Estados Unidos. Foi acolhido por uma suntuosa recepção que transmitia a importância de seu cargo e a relevância de sua presença dentre as demais nações.

As atas gerais da conferência demonstram que os esforços dedicados à formulação do programa garantiram que o evento fosse marcado pela cooperação e cordialidade entre as nações participantes. As resoluções da Conferência tinham como principal objetivo regulamentar as relações entre os países do continente.

A realização da conferência transcorreu dentro das expectativas do ministério de Rio Branco. Pequenos percalços, desentendimentos momentâneos entre algumas nações, não comprometeram o andamento do encontro regido por um programa

amplamente articulado. “Assinalava-se a Terceira Conferência Internacional Americana, entre seus congêneres, pela ausência de polêmicas e vãs abstrações”.²⁰

Rio Branco, que na abertura da conferência havia dado ao edifício sede do evento o nome de palácio Monroe, selava, com o sucesso da Terceira Conferência de 1906, os laços de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos. A esplêndida execução do evento, reforçada pela visita de Elihu Root, marcou o auge da relação das duas nações. A “aliança não escrita”²¹ acabou por transcender seu objetivo de criação. Destinada à adaptação da diplomacia às transformações internacionais da época, tornou-se paradigma invariável e permanente, que sobreviveu ao seu criador.

Articulada a essa diretriz estavam às relações do Brasil com as repúblicas hispano-americanas. Deste modo, o Barão traçava estratégias, tanto no âmbito político quanto no cultural, com a intenção de minimizar a visão de ser o Brasil um país diferente na América Latina. Interessava ressaltar os aspectos em comum entre as nações americanas em detrimento daqueles que o distinguia.

O projeto da *Revista Americana* apresenta-se como a vertente cultural adotada pelo Ministério, circulou entre os anos de 1909 e 1919, sob a direção de Araújo Jorge e a inspeção de Rio Branco. Trajetórias políticas associadas ao perfil intelectual em comum uniram essas duas personagens. A *Revista* constituía um espaço de debate intelectual que valorizava a diplomacia como condutora de um processo de aproximação cultural, o qual deveria sedimentar a posição do Brasil e dos seus vizinhos sul americanos no sistema internacional.

A *Revista* estava em consonância com a tendência européia de disseminação de idéias e de doutrinas através de revistas culturais e políticas²². O perfil intelectual do Barão do Rio Branco e sua longa estadia no exterior permitiram que tivesse contato com esse tipo de periódico. Dessa experiência agregou informações relevantes que auxiliaram a idealização da publicação.

Os intelectuais, que circulavam no Itamaraty e que vieram a colaborar com a *Revista*, estavam alinhados com as diretrizes definidas pelo chanceler. Essas revistas

²⁰ LOBO, Hélio. *Pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939, p. 68.

²¹ BURNS, Bradford. *The unwritten alliance: Rio Branco and the Brazilian-American relations*. Nova York-Londres: Columbia University Press, 1966.

²² ANDRADE, Luis Crespo de. Introdução. Quatro notas breves. In: REIS, Antônio et all. *Revistas, idéias e doutrinas: leituras do pensamento contemporâneo*. Lisboa: Livros horizonte, 2003.

reuniam indivíduos em torno de interesses comuns, os quais compartilhavam as mesmas idéias, crenças e opiniões. Configuram, assim, um meio de polarização temática e conceitual no qual se afirmaram, inclusive, dinâmicas cívicas e políticas empenhadas e combativas.²³ Essas publicações constituíram-se divulgadoras de novas concepções, novas perspectivas de abordagem, ofereciam uma maneira inovadora de ver mundo. Em muitos casos, observamos como o objetivo dessas revistas, transformar representações comuns em correntes de opinião.

A *Revista Americana* foi idealizada durante a gestão do Barão do Rio Branco, quando este constituía a figura mais popular da República do Brasil, e dirigida por um dos homens de sua confiança. Cruzam-se as trajetórias, estabeleceram-se, a partir desse momento, as relações entre mentor e pupilo que seriam interrompidas somente com a morte do Barão em 1912. Orientação, para além de uma relação entre ministro e secretário, identificavam-se pelo gosto à pesquisa, pela escrita fácil, pelo perfil intelectual. Araújo Jorge conduziu o projeto da *Revista* lidando com a tensão de ser esta uma publicação de representação do corpo doutrinário do Ministério e ao mesmo tempo ser um espaço de debate intelectual.

Referência Bibliográfica

BAGGIO, Kátia Gerab. *Revista Americana (1909-1919) e as relações entre as Américas*. In: DUTRA, Eliana de Freitas, MOLLIER, Jean Yves (orgs.). *Política, nação e edição: construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. (Tese de doutorado) – Departamento de História. FFLCH-USP, São Paulo, 1998.

BARROS, Alexandre de S. C. *A formulação e implementação da política externa brasileira*. In: Muñoz, A. & Tulchin, J. S. *A América Latina e a política mundial*. São Paulo: Convívio, 1966.

BLOTTA, Celine Gomes da Silva & GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A. G. de Araújo Jorge: um interlocutor privilegiado. In: SARMENTO, Cristina Montalvão, GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal (coord). *Culturas cruzadas em português: redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil, sec. XIX e XX)*. Coimbra: Almedina, 2010. p. 89-110

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Unesp, 1997.

²³ *Idem*, p.11-13.

BUENO, Clodoaldo & CERVO, Amado. *História da Política Exterior no Brasil*. Brasília, Ed UnB, 2002.

_____. *A política externa brasileira (1822-1985)*. São Paulo: Ática, 1986.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: anos de apogeu (1902-1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *Comportamento da economia e política exterior do Brasil (1905-1907)*. São Paulo: USP, 1977.

_____. *A República e sua política exterior (1889-1902)*. Marília: Unesp, Tese de Livre Docência, 1984, 2v.

_____. *Política externa de Rio Branco: o Brasil e o subsistema norte-americano (1902-1912)*. São Paulo: Ática, 1977.

BURNS, Bradford. *The unwritten alliance: Rio Branco and the Brazilian-American relations*. Nova York-Londres: Columbia University Press, 1966.

_____. “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”. In: FAUSTO, Boris, org. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977, pp. 375-400

CARDIM, Carlos Henrique e ALMINO, João. (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi*. Revista de História. Rio de Janeiro: 7Letras, n. 1, 2000.

CASTRO, Fernando L. Vale. *Pensando um continente: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro, PUC- Rio, Tese de Doutorado em História, 2007.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: UnB, 1983.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONDURU, Guilherme. “O subsistema americano, Rio Branco e o ABC”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, 1998, n.º. 2, p.59-82.

COSTA E SILVA, Alberto da (org.). *O Itamaraty na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro, Topbooks. 1999.

DORATIOTO, Francisco F. M. *A política platina do barão do Rio Branco*. RBPI ano 43/2. Brasília: IBRI, 2000.

FALCON,

FONSECA, Vitor Manoel M. da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1916)*. Rio de Janeiro; Niterói: Arquivo Nacional; Muiraquitã, 2008.

- GALVÃO, Walnice Nogueira & GOTLIB, Nádia Batella (org). *Prezado Senhor, Prezada Senhora. Estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela M. de Castro, SCHIMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- GUIMARÃES, Lucia M. P. & ARAÚJO, Valdeir L. de. “O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper Branner”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.), *Escrita de si, escrita de História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 93-110.
- LEMOS, Renato. *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2004.
- LIMA, Luiz Costa. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: _____. *Dispersa Demanda: ensaios sobre literatura e rotina*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.
- LOBO, Hélio. *Pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939.
- LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.
- ORTEGA, Any Marise. *A construção de uma ideologia continental no início do século XX: a Revista Americana (1909-1919)*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Política), 2003.
- PINHEIRO, Letícia. *Política externa 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo, EDUSP. 2003.
- REIS, Antônio et all. *Revistas, idéias, e doutrinas: leituras do pensamento contemporâneo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- REIS, Elisa P. O poder privado e a construção de estado sob a primeira república. In: BOSCHI, Renato R. *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.
- REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean B. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difusão Européia, 1967.
- RICUPERO, Rubens. *Rio Branco: o Brasil e o mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Petrobras, 2000.
- _____. Um personagem da República. In: Ricupero, R. & Araújo, J.H. P. *José Maria da Silva Paranhos, barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 1995.

RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SENADO FEDERAL *Revista Americana: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909 – 1919)* Seleção de artigos fac-silimar. Brasília, FUNAG / CHDD, 2001.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. In: FAUSTO, Boris, org. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977, pp. 347-90

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

TELLES RIBEIRO, Edgard. *A diplomacia cultural e o seu papel na Política Externa brasileira*. Brasília, FUNAG, 1989.

VALLA, Victor. *A penetração norte-americana na economia brasileira (1900-1930)*. São José dos Campos: ITA, Tese de Doutorado, 1972

VIANNA, Hélio. *A história diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.